

Sumário

Nota à 2ª edição	21
Nota à 3ª edição	22
Nota à 4ª edição	24
Nota dos organizadores	25
Apresentação às 1ª e 2ª edições	27
Apresentação às 3ª e 4ª edições	28
Prefácio	29

CAPÍTULO I

PER UN PUBBLICO MINISTERO COME ISTITUZIONE DI GARANZIA..... 33 **(Luigi Ferrajoli)**

1. Il costituzionalismo di terza generazione	35
2. Ci sarà pure un Pubblico Ministero a Berlino!	37
2.1. Il Pubblico Ministero presso la giurisdizione costituzionale	38
2.2. Il Pubblico Ministero quale organo di garanzia dei diritti fondamentali	39
2.3. Il Pubblico Ministero di difesa	40
3. Il Pubblico Ministero quale istituzione di garanzia	42

POR UM MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INSTITUIÇÃO DE GARANTIA 47 **(Luigi Ferrajoli com tradução de Eduardo Pelella)**

1. O constitucionalismo de terceira geração	47
2. Haverá também um Ministério Público em Berlim!	50
2.1. O Ministério Público perante a jurisdição constitucional	51
2.2. O Ministério Público como órgão de garantia dos direitos fundamentais	52
2.3. O Ministério Público de defesa.....	53
3. O Ministério Público como instituição de garantia.....	55

CAPÍTULO II

O QUE É GARANTISMO (PENAL) INTEGRAL? 59 **(Douglas Fischer)**

1. Considerações iniciais.....	61
2. As concepções fundantes e os pilares da <i>teoria garantista</i>	64
3. “Garantismo penal”: da teoria (integral) da doutrina de Ferrajoli para a fragmentação que denominamos de <i>garantismo penal hiperbólico monocular</i>	67

4.	Alguns exemplos de <i>fragmentação</i> da teoria garantista.....	75
4.1.	Possibilidade (<i>ou não</i>) de o Ministério Público realizar procedimentos investigatórios	75
4.2.	Limitação ao prazo de 30 dias das interceptações telefônicas	77
4.3.	Da (im)possibilidade da execução de penas, o trânsito em julgado para o Ministério Público e a questão da prescrição	83
4.4.	O culto (isoladamente visto) da “forma”, o garantismo e a questão das nulidades no processo	89
5.	Conclusões	91
	Referências	93

CAPÍTULO III

A ELITE DO CRIME: DISCURSO DE RESISTÊNCIA E LAXISMO PENAL.....	97	
(Daniel de Resende Salgado)		
1.	Introdução	99
2.	Discurso de resistência a uma nova perspectiva (re)legitimadora	101
2.1.	Técnicas de neutralização	103
2.2.	Inadequação legislativa	106
2.3.	Resistência dos aplicadores do direito	110
2.4.	Disseminação monocular da doutrina liberal	113
3.	Conclusões	116
	Referências	117

CAPÍTULO IV

GARANTISMO E (DES) LEALDADE PROCESSUAL	119	
(Américo Bedê Júnior e Gustavo Senna)		
1.	Introdução	121
2.	Fundamentos do princípio da lealdade processual.....	124
3.	Casuística: um caso de violação ao princípio da lealdade processual.....	130
4.	Conclusão.....	132
	Referências	134

CAPÍTULO V

PEQUENOS MITOS SOBRE A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO BRASIL	135	
(Bruno Freire de Carvalho Calabrich)		
1.	Introdução – Garantismo e investigação criminal no Brasil	137
2.	Função e destinatários da investigação criminal	138

3. O que é “polícia judiciária”	144
4. Autoridade policial, “independência funcional” e “livre convencimento”	149
5. Conclusões	155
Referências	156

CAPÍTULO VI

SISTEMA INQUISITIVO, JUIZADO DE INSTRUÇÃO E O DIREITO BRASILEIRO	157
(Marcello Paranhos de Oliveira Miller)	

1. Introdução	159
2. Conceito e concepções do juizado de instrução	160
3. A instrução e o juiz de instrução no direito francês	161
3.1. O cabimento da instrução	161
3.2. O juiz de instrução	162
3.3. A abertura da instrução	162
3.4. A dinâmica da instrução	163
3.5. Conclusão da instrução	165
3.6. Nulidades e recursos na instrução	166
4. O juizado de instrução e o direito brasileiro	167
4.1. Função e finalidade do juiz de instrução	167
4.2. Juiz de instrução e Estado Democrático de Direito	168
5. Conclusões	169

CAPÍTULO VII

LEGITIMIDADE EXCLUSIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA O PROCESSO CAUTELAR PENAL	171
(Wellington Cabral Saraiva)	

1. Introdução	173
2. A Constituição de 1988, o princípio acusatório e o papel do Ministério Público	174
3. As medidas cautelares penais e a legitimidade exclusiva do Ministério Público	181
4. A legitimidade do Ministério Público e o modelo garantista de Ferrajoli	186
5. Conclusões	189
Referências	191

CAPÍTULO VIII

A REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, SOB A ÓTICA DO GARANTISMO INTEGRAL.....193

(Andrey Borges de Mendonça)

1. Introdução.....	195
2. Garantismo integral	196
3. Análise de alguns pontos da reforma do CPP.....	206
Conclusão	211
Referências	213

CAPÍTULO IX

O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE APÓS A REFORMA PROCESSUAL DE 2008.....215

(Rogerio Schietti Machado Cruz)

1. Introdução	217
2. O juízo de admissibilidade em dois atos	217
3. Efeitos preclusivos do juízo negativo de admissibilidade.....	220
4. Níveis de cognição dos atos decisórios.....	221
5. Objeto do juízo de admissibilidade	223
6. A absolvição sumária.....	225
7. Diversidade dos graus de cognição.....	226
8. Rejeição da denúncia ou da queixa por estar extinta a punibilidade.....	228
9. Rejeição da denúncia ou da queixa por atipicidade da conduta.....	229

CAPÍTULO X

A ALIENAÇÃO ANTECIPADA DE BENS NO PROCESSO PENAL E O ESTADO-VÍTIMA 233

(Grécio Nogueira Grégio e Carlos Eduardo Ribeiro Lemos)

1. Introdução	235
2. Infrações penais mais comuns em desfavor da Administração Pública e sua gravidade objetiva	236
3. A necessidade de interveniência do Estado no feito: superando o dogma do MP como “ <i>representante do Estado-vítima</i> ”	238
4. Medidas cautelares reais aplicáveis.....	241
5. A alienação antecipada, seus paradigmas e a conotação cível da proteção patrimonial	242
5.1. Elementos que permitem segurança ao julgador para o deferimento da medida	250
6. Risco de ineficácia de medidas assecuratórias e vantagens da alienação antecipada	253

6.1. Das vantagens da alienação antecipada	255
7. Conclusões.....	256
Referências	258

CAPÍTULO XI

A MENTIRA DO RÉU E O ARTIGO 59 DO CP..... 259 (Vladimir Aras)

Introdução.....	261
1. Direito ao silêncio e à ampla defesa.....	261
2. Verdade real e processo penal	262
3. Estímulos à verdade no direito criminal brasileiro	265
4. Mentira e crime	266
4.1. Mentira e aplicação da pena: o suposto precedente do STF	269
4.2. Mentira, personalidade e conduta social: efeitos no CP	272
4.3. Outras objeções ao direito de mentir	273
5. O direito de mentir: uma falácia	275
5.1. Atual posição do STF quanto ao conteúdo do direito ao silêncio	278
6. Equilibrando as estações: ampla defesa e lealdade processual	280
7. Conclusão	282
Referências	284

CAPÍTULO XII

A COLABORAÇÃO PREMIADA COMO INSTRUMENTO CONSTITUCIONALMENTE LEGÍTIMO DE AUXÍLIO À ATIVIDADE ESTATAL DE PERSECUÇÃO CRIMINAL 285 (Márcio Barra Lima)

1. Introdução	287
2. O “Direito Penal Premial” como instrumento jurídico que objetiva aumentar a efetividade da persecução penal	288
3. Colaboração premiada: conceito, institucionalização no Direito Brasileiro e as recomendações de Direito Internacional	291
4. A utilização da colaboração premiada importa violação aos direitos fundamentais (suposto desrespeito ao “garantismo penal”)? – divergência doutrinária	295
5. A colaboração premiada como instrumento constitucionalmente legítimo e ético de acesso à efetiva justiça penal	298
6. Conclusão	306
Referências	308

CAPÍTULO XIII

SIGILO BANCÁRIO NO BRASIL, DUALIDADE E GLOBALIZAÇÃO: DUAS PROPOSTAS PARA REUNIFICAÇÃO E RETOMADA DA COERÊNCIA PERANTE O TEXTO CONSTITUCIONAL	311
(José Robalinho Cavalcanti)	

1. Introito.....	313
2. Sigilo bancário, privacidade e a dualidade da ordem jurídica vigente	314
3. Sigilo bancário sem o <i>status</i> constitucional	322
4. Globalização, sigilo bancário e mutação constitucional	326
5. À guisa de conclusão	334
Referências	335

CAPÍTULO XIV

SOBRE A PRESCRIÇÃO NOS CRIMES TRIBUTÁRIOS A <i>ACTIO NATA</i> E A PREJUDICIAL ADMINISTRATIVA	337
(Eduardo Pelella)	

1. Introdução	339
2. A sacralização da prejudicial administrativa nos crimes tributários materiais	341
3. Da prescrição em matéria penal. Caracterização	346
4. <i>Actio nata</i>	350
5. O problema da consumação dos crimes tributários de natureza material O fato que “ainda não é típico”. A prejudicial tributária como condição objetiva de punibilidade ou elemento objetivo do tipo. O problema e a controvérsia sobre o início da contagem do prazo prescricional Impossibilidade de estabelecimento de um sistema híbrido Superposição e adição de prazos	353
6. Considerações finais	357
Referências	359

CAPÍTULO XV

PARTICIPAÇÃO CRIMINAL DE AGENTES FINANCEIROS E GARANTIAS DE IMPUTAÇÃO NO DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO	361
(André Luís Callegari e Ariel Barazzetti Weber)	

1. Introdução	363
2. Ausência de elemento subjetivo entre o lavador e o agente financeiro	364

3. Limitação da responsabilidade por meio da adequação social	365
4. Risco permitido como limite da participação criminal do agente financeiro	366
5. Limitação de responsabilidade criminal por meio da proibição de regresso	368
6. Negócios <i>standard</i> (do agente financeiro) e limitação da responsabilidade	371
7. Lavagem de dinheiro e possibilidade de tipificação culposa	373
8. Dolo eventual e a teoria da cegueira deliberada – a problemática do “transplante” da <i>Common Law</i> para a <i>Civil Law</i>	374
9. Excurso – Participação criminal do advogado no delito de lavagem	382
10. A aceitação pelo advogado de honorários com valores provenientes de atividade criminosa	383
11. A obrigação do advogado de prestar informações nos termos da nova lei de arbitragem	388
12. Conclusão	391

CAPÍTULO XVI

PRISÕES PROCESSUAIS: UMA RELEITURA À LUZ DO GARANTISMO PENAL INTEGRAL393 (Rodrigo de Grandis)

1. Introdução: anotações preliminares sobre a teoria do garantismo penal	395
1.1. Do confronto entre o direito penal mínimo e o direito penal máximo na teoria do garantismo penal	396
1.2. Breves apontamentos sobre o princípio da presunção de inocência e o encarceramento cautelar na perspectiva da teoria do garantismo penal	397
2. Análise da teoria do garantismo penal, do direito penal e do direito processual penal à luz dos princípios do Estado Social e Democrático de Direito	398
3. A função do direito penal e do direito processual penal no Estado Democrático e Social de Direito. Algumas observações sobre a criminalidade econômica	401
4. As prisões processuais sob a perspectiva do garantismo penal integral	405
Referências	410

CAPÍTULO XVII

NULIDADES NO PROCESSO PENAL ENTRE GARANTISMO, INSTRUMENTALIDADE E BOA-FÉ: A VALIDADE <i>PRIMA FACIE</i> DOS ATOS PROCESSUAIS	411
(Antonio do Passo Cabral)	
1. O quadro atual das nulidades no processo penal brasileiro	413
2. A suposta virada pelo princípio da instrumentalidade na concepção das formalidades processuais.	415
3. Formalismo-valorativo e princípio de validade apriorística dos atos processuais.	418
3.1. Ônus argumentativo	421
3.2. Diferenças do raciocínio da instrumentalidade para o princípio de validade apriorística.	423
4. A equivocada compreensão individualista do “prejuízo” e sua necessária ligação com o contraditório.	424
5. As nulidades no processo penal: teoria geral e peculiaridades.	426
5.1. Boa fé no processo penal	430
5.2. O processo penal entre garantismo e eficiência. Pela relativização das nulidades no processo penal e a admissibilidade das alegações tardias	433
5.3. Recentes exemplos jurisprudenciais. A correta aplicação do princípio da causalidade.....	436
6. Conclusão.	438
Referências	439

CAPÍTULO XVIII

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA: UM CONTRAPONTO À DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO <i>HABEAS CORPUS</i> 84.078	445
(Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Mônica Nicida Garcia e Fábio Gusman)	
1. Introdução.....	447
2. Panorama constitucional.....	447
3. O Panorama supralegal.....	450
4. O Panorama legal e administrativo.....	452
5. Panorama da jurisprudência.....	453
6. Aplicação da eficácia imediata das sentenças penais incriminadoras em alguns países	459
7. Aplicação da eficácia imediata das sentenças penais incriminadoras no âmbito do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia	465
8. Conclusão	465

CAPÍTULO XIX

DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR E DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA NOS CRIMES COM PENA MÁXIMA NÃO SUPERIOR A QUATRO ANOS 467 (Alessandra Gabriella Borges Pereira Lorenzo)

1. Introdução	469
2. Lei nº 12.403/2011: a inequívoca opção legis ^l ativa pela prisão cautelar como <i>ultima ratio</i>	469
3. Vetor interpretativo <i>para a solução</i> de controvérsias envolvendo a aplicação da nova lei: o garantismo penal integral	471
3.1. O garantismo penal de Luigi Ferrajoli: apontamentos preliminares	472
3.2. O garantismo penal integral (ou proporcional)	474
4. Descumprimento de medida cautelar pessoal alternativa imposta quanto a crimes com pena máxima não superior a quatro anos: possibilidade de decretação da prisão preventiva	479
4.1. A disciplina das medidas cautelares pessoais: artigo 282 do Código de Processo Penal	481
4.2. Prisão substitutiva: desnecessidade de observância do artigo 313, inciso I, do CPP para a imposição de preventiva em virtude do descumprimento de cautelar	482
4.2.1. Princípio da homogeneidade: inexistência de óbice à decretação da preventiva	484
4.2.2. Indispensabilidade de fundamentação idônea acerca da necessidade, adequação e proporcionalidade, em sentido estrito, da prisão.....	486
5. Conclusões	487
Referências	488

CAPÍTULO XX

ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS PROMOVIDAS PELA LEI Nº 12.403/2011 NO REGIME DA PRISÃO EM FLAGRANTE 491 (Marcelo Cardozo da Silva)

Introdução	493
1. Da alteração estrutural promovida pela Lei nº 12.403/2011 ao regime jurídico da prisão em flagrante no âmbito do CPP	493
1.1. Da necessidade da atualização do regime infraconstitucional da prisão em flagrante.....	493
1.1.1. A liberdade provisória como limite de toda prisão cautelar e a prisão em flagrante.....	494
1.1.2 .A instrumentalidade das prisões cautelares e a prisão em flagrante	495

1.1.3. A imprescindibilidade como critério de toda prisão provisória cautelar e a prisão em flagrante	497
1.1.4 A reserva de jurisdição como sede para o decreto de todas as prisões cautelares e a prisão em flagrante	499
2. Do sentido da alteração promovida pela Lei nº 12.403/2011 ao regime infraconstitucional da prisão em flagrante.	501
Conclusão	504
Referências	505

CAPÍTULO XXI

A SUPRESSÃO DO RECURSO CRIMINAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM CASO DE ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO: QUANDO FERRAJOLI SI È SBAGLIATO	507
(Alexander Araujo De Souza)	
1. Introdução	509
2. A impossibilidade de o Ministério Público recorrer em caso de absolvição do acusado nos países de tradição anglo-saxônica	510
3. Recentes hipóteses de supressão do recurso do Ministério Público em países de tradição romano-germânica	515
4. A supressão do recurso do Ministério Público em caso de absolvição do acusado na doutrina de Luigi Ferrajoli: garantismo e (dis)paridade de armas?	517
5. A impossibilidade de supressão do recurso do Ministério Público em caso de absolvição do acusado no ordenamento brasileiro: o <i>Parquet</i> como parte imparcial no processo penal	521
Referências	528

CAPÍTULO XXII

RENÚNCIA AO JULGAMENTO PELO JÚRI NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO. WAIVER OF JURY TRIAL IN BRASILIAN CRIMINAL PROCEDURE	533
(Vladimir Aras)	
Introdução	535
1. O tribunal do júri	535
2. Da publicidade restrita no júri	536
3. O duplo grau de jurisdição como garantia do <i>fair trial</i>	537
4. Existem alternativas para garantir o <i>fair trial</i> em júris midiáticos?	538
5. O desaforamento como paliativo contra a parcialidade do júri	538
6. Com ou sem júri? Da renúncia ao júri no direito comparado	540
7. Da renúncia ao julgamento pelo júri no Brasil	542
8. Conclusão	544
Referências	545

CAPÍTULO XXIII

REFLEXÕES SOBRE O ATO DE JULGAR NA JUSTIÇA PENAL.....	547
(Américo Bedê Junior)	
1. Introdução	549
2. A busca pela verdade.....	549
3. O conceito de justiça	553
4. Decisão imparcial.....	560
5. O esquecido no julgamento penal	561
6. Conclusão.....	563

CAPÍTULO XXIV

POR QUE A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AO DELITO DE DESCAMINHO, SUBJACENTE À TARIFAÇÃO ADMINISTRATIVA, NÃO SE COADUNA COM O GARANTISMO PENAL CONTEXTUALIZADO NA LEI FUNDAMENTAL?	565
(Vilvana Damiani Zanellato)	
1. Introdução.....	567
2. Aplicação do Princípio da Insignificância ao Delito de Descaminho.....	568
3. Inadequação dos critérios utilizados para a aplicação do Princípio da Insignificância ao Delito de Descaminho à luz do Garantismo Penal Integral	575
4. Considerações finais.....	582
Referências	584

CAPÍTULO XXV

AGENTE INFILTRADO: ANÁLISE DESDE UMA PERSPECTIVA GARANTISTA	585
Flávio Cardoso Pereira	
1. Considerações iniciais	587
2. Um problema preliminar a ser enfrentado: a dicotomia eficiência <i>versus</i> garantias no processo penal.....	588
3. A criminalidade organizada no contexto contemporâneo	593
4. Meios de obtenção de provas no enfrentamento ao crime organizado	595
5. Agente infiltrado. Notas essenciais.....	598
5.1. Origens históricas.....	598
5.2. Conceito e características de uma infiltração de agentes	599
5.3. Requisitos necessários a atuação de um agente infiltrado.....	606
6. A Lei 12.850/13: quais foram as novidades?	608
7. Valoração da prova obtida pelo infiltrado.....	611
8. Conclusão	613
Referências	615

CAPÍTULO XXVI

HC 127.900/AM: DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES AO GARANTISMO PENAL	619
(Eliseu Antônio da Silva Belo e Vinícius Marçal)	
1. Apresentação do tema.....	621
2. Compreendendo melhor o teor do que decidido no hc 127.900	626
3. Interrogatório como último ato e concretização do sistema acusatório	633
4. Considerações finais	635
Referências	637